



BAHIA

VIGILANTES EX-ASCOP/SESAB:

PROCESSOS, PRECATORIOS, ORDEM CRONOLOGICA, ACORDOS, PRAZOS

SINDICATO CHAMA COLEGAS PARA INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO – SÁBADO 11/9.



A Justiça do Trabalho divulgou recentemente na imprensa a possibilidade de acordo nos processos com PRECATÓRIO contra o Estado da Bahia, dizendo que estes acordos podem ser firmados até o valor disponível de quase 30 milhões para 2021 e até 31/12/2021.

Dezenas de vigilantes ex-Ascop Vigilância que prestaram serviço à Secretaria de Saúde do Estado – SESAB até o fechamento da empresa entre 2007/2008 estão incluídos em processos patrocinados pelo Sindvigilantes/BA na busca de recuperação dos seus direitos.

A divulgação da justiça está amparada no Edital nº 10/2021, publicado recentemente pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

Neste Edital a justiça divulga a ordem cronológica (FILA) dos Precatórios, abre prazo (31/12/2021) para acordos com deságio (redução) de 40%, além de outras orientações. O Sindicato identificou 35 processos (cada processo tem até 10 Vigilantes) titulados pela entidade contra a Ascop, onde o Estado da Bahia/SESAB foi condenado como co-responsável, com os Precatórios expedidos até dezembro de 2020.

Para não perder tempo, orientar os colegas e

receber os pedidos de interessados em acordos o Sindicato chama todos os colegas que estão nos processos relacionados abaixo.

Para qualquer decisão leve o seu RG (original e uma cópia).

MAS REPETIMOS:

- A reunião é somente para os colegas inseridos nos processos que constam no edital do TRT (relacionados abaixo);

Confira abaixo os números dos 35 processos relacionados no Edital da justiça. Se você estiver inserido em algum destes processos, compareça na reunião.

REUNIÃO DOS VIGILANTES EX-ASCOP/SESAB COM PRECATORIO NO EDITAL

DIA 11/9 – SABADO – ÀS 08H

LOCAL: COLEGIO SAGRADO – AV. JOANA ANGELICA, 1380 – NAZARÉ

Prox. Bompreço Fonte Nova e Defronte a Escola de Engenharia Eletromecânica)

OS PROCESSOS DO EDITAL:

61500.83.2009.003ª - 64400.46.2008.012ª
64700.08.2008.12ª - 64900.15.2008.12ª
65700.43.2008.12ª - 65800.95.2008.12ª
66300.64.2008.12ª - 66400.19.2008.12ª
66500.71.2008.12ª - 66800.33.2008.12ª
66900.85.2008.12ª - 67100.92.2008.12ª
67200.47.2008.12ª - 67400.54.2008.12ª
67600.61.2008.12ª - 67700.16.2008.12ª
67800.68.2008.12ª - 68300.37.2008.12ª
68500.44.2008.12ª - 68600.96.2008.12ª
68700.51.2008.12ª - 68800.06.2008.12ª
69000.13.2008.12ª - 69100.65.2008.12ª
69300.72.2008.12ª - 69400.27.2008.12ª
69500.79.2008.12ª -
69800.41.2008.12ª a 70000.48.2008.12ª
70100.03.2008.12ª - 70200.55.2008.12ª
70300.10.2008.12ª - 70500.17.2008.12ª
71100.38.2008.12ª - 71200.90.2008.12ª
107800.22.2008.9ª

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Banco do Brasil terá que indenizar cliente que sofreu sequestro relâmpago

O 11º Juizado Especial Cível de Goiânia decidiu negar recurso do Banco do Brasil e manter decisão de primeira instância que condenou a instituição a indenizar um cliente vítima de um sequestro relâmpago em R\$ 5 mil, por danos morais. Também foi determinado o ressarcimento dos valores sacados pelos assaltantes.



Juízo entendeu que o Banco do Brasil foi negligente ao não detectar movimentação suspeita na conta de cliente sequestrado

O crime ocorreu na capital goiana e o cliente do banco teve um prejuízo de R\$ 14,8 mil por conta das compras e saques feitos pelos criminosos.

Segundo os autos, a vítima foi abordada após sair de um supermercado e foi levada para um hotel. No local, os assaltantes clonaram os seus cartões bancários e fizeram uma série de transações e transferência por meio do aplicativo do banco.

Após ser liberado pelos criminosos, o autor da ação prestou queixa e contestou os débitos junto ao banco. Ao analisar o caso, o relator, juiz Algomiro Carvalho Neto, apontou que houve falha na prestação do serviço e que a instituição financeira foi negligente ao deixar de detectar movimentação suspeita na conta de seu correntista.

O julgador afirmou que o autor da ação demonstrou que os saques e compras realizados indevidamente prejudicou de forma efetiva o seu sustento e o abalou. “Além de o obrigar a percorrer longo percalço para o ressarcimento, em clara perda do tempo útil, com desvio produtivo, restam configurados danos materiais e morais”, afirmou o relator em seu voto.

A teoria do desvio produtivo do consumidor, criada pelo advogado Marcos Dessaune, defende que todo tempo desperdiçado pelo consumidor para a solução de problemas gerados por maus fornecedores constitui dano indenizável.

FONTE: Revista Consultor Jurídico - Rafa Santos

Com alta da inflação pela 22ª semana seguida, famílias cortam itens básicos da alimentação

Alta corrói o poder de compra dos mais pobres, que ainda precisam escolher qual conta pagar. Especialistas apontam que o governo Bolsonaro não age para conter a inflação, e ainda vem aplicando medidas que devem complicar a situação



“A partir do dia 25 já começa a faltar o arroz, o feijão, o sabão para lavar uma roupa e tem ficado cada vez pior”, conta a pedagoga Ariana Costa, mãe solo de duas crianças

O Boletim Focus divulgado na última sexta-feira (3) mostra que a expectativa do mercado é que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegue a 7,76% este ano, superando por muito a meta de inflação do governo Bolsonaro. O documento registra ainda que essa é a 22ª vez consecutiva em que a projeção da inflação sobe. O que indica que a situação ainda pode piorar nos próximos meses.

Apenas no mês de agosto, a inflação medida pelo IPCA foi estimada em 0,89% (e confirmada hoje pelo IBGE em 0,87%) e já supera 9% no acumulado em 12 meses. O IPCA mede a

inflação de alimentos, energia e outros bens de consumo. Além dele, o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), que impacta o reajuste dos aluguéis, está estimado em 19,31% este ano.

No dia a dia das famílias os diferentes índices de inflação são traduzidos em dificuldades: menos comida no prato, exclusão de vários itens e escolher que conta pagar. Moradora de Parelheiros, no extremo sul da capital paulista, a pedagoga Ariana Costa, mãe solo de duas meninas, relata que vem precisando escolher entre pagar uma conta ou comer determinado item. Segundo ele, vários produtos já foram cortados da compra mensal.

No limite

“Tenho percebido que tem ficado tudo muito caro. Já tivemos que escolher entre comprar um nuggets para as crianças e ter que pagar uma conta, por exemplo. Antes eu consegui me virar com R\$ 1 mil, fazer a compra do mês. E no mês passado eu tive que passar R\$ 1.300 e ainda assim faltaram coisas para o mês. Está bem complicado, diminuimos um pouco no feijão. No final do mês começa a faltar as coisas, a partir do dia 25 já começa a faltar o arroz, o feijão, o sabão para lavar uma roupa e tem ficado cada vez pior”, lamenta Ariana.

A pedagoga explica que antes, “com o (botijão de) gás a R\$ 89, já estava difícil. Agora com o gás a R\$ 105 está bem mais difícil ainda. (...) Mesmo que a gente aperte na alimentação ainda fica umas contas que você tem que tirar uni-duni-tê para você ver qual vai pagar ou qual vai deixar, porque está tudo muito caro”, descreve.

A situação não é diferente no interior paulista. Desempregada, a professora Jociara Keila da Silva, moradora do município de Araras, teve que deixar de comprar frutas e outras coisas que os três filhos gostam para conseguir manter o básico.

Desvalorização dos salários

“Vamos no mercado com R\$ 150 para comprar comida, arroz e feijão. Falo esse valor porque é que conseguimos ter normalmente para ir ao mercado aqui, de R\$ 150 a R\$ 200, e não consigo comprar nada. Deixei de comprar algumas coisas, em casa sucrilhos eles (filhos) não comem mais. Fruta faz algum tempo (também). Eles comem quando os estão no sítio da avó deles, gosto de dar frutas para ele, mas não estou conseguindo. (...) Você precisa de arroz, feijão, salsicha, ovo, frango e nem passo perto da carne, que é bom, mas não conseguimos comprar”, conta Jociara.

O professor de economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Guilherme Mello explica que a inflação no Brasil tem sido

mais severa por conta da forte desvalorização cambial no governo Bolsonaro, que levou o dólar a custar mais de R\$ 5. O especialista explica que, com a taxa básica de juros muito baixa, isso também afastou investimentos. Assim como outras condições, como a forte seca e o custo da energia elétrica e dos combustíveis, também influenciam nessa situação de alta.

O impacto nas famílias é ainda mais grave devido ainda ao alto desemprego e aos trabalhos precários, que reduzem os ganhos das famílias deixando-as mais vulneráveis, observa Mello.

Inação do governo

“Ou seja, as pessoas não estão conseguindo fontes de renda confiáveis, seguras e estáveis, não tem. E ainda por cima a pouca renda que elas conseguem é corroída pela carestia. Em particular, a inflação está muito concentrada em itens da cesta básica de consumo que são típicas das famílias trabalhadoras mais pobres, alimentos, em primeiro lugar, energia, o botijão de gás e em parte os combustíveis que têm um impacto sobre toda as cadeias produtivas. E o impacto disso, obviamente, é muito duro sobre a população. E também porque os salários, como se precarizou muito o mercado de trabalho, não acompanham a inflação”, destaca.

O professor de economia ressalta ainda que o governo Bolsonaro não toma as medidas necessárias para reverter a situação. E mesmo as poucas alternativas que vêm sendo anunciadas, como aumento da taxa básica de juros, devem agravar a situação.

Além dos dados de inflação, o Boletim Focus registrou uma nova redução na expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, bem como um aumento no preço do dólar, condições que podem agravar ainda mais a situação.

Por Rodrigo Gomes | Rádio Brasil Atual

Fonte: RBA

Procurador pede ao TCU afastamento de presidentes do BB e da Caixa

O pedido é para que o tribunal investigue o uso político dos bancos estatais no caso do atrito com a Febraban



Os presidentes do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro, e da Caixa, Pedro Guimarães, podem ser afastados dos seus cargos. Na manhã desta quarta-feira (8), o subprocurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, apresentou representação no tribunal em que pede a investigação por suposto uso político das instituições no episódio do manifesto da Febraban.

“Entendo que a questão ora em consideração encerra as condições necessárias e suficientes para que, com base no que dispõe o artigo 276, caput, do Regimento Interno do TCU, seja adotada medida cautelar determinando o afastamento tanto do presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Pedro Guimarães, como o do Banco do Brasil, Sr. Fausto de Andrade Ribeiro, uma vez que demonstraram que o motor das decisões tomadas na condução das instituições que dirigem possui forte viés político, em afronta ao esperado zelo pelo interesse público e não do governo de plantão”, diz Furtado.

“Estão evidentemente presentes, neste caso, ofumus boni iurise opericulum in mora, amparados na legislação aplicável à matéria, no fundado receio de ocorrer grave lesão ao interesse público e no risco de ineficácia de tardia decisão de mérito”, segue o procurador.

Recentemente, Caixa e BB entraram numa disputa com a Febraban ao tomarem conhecimento da articulação de um manifesto

em que a entidade dos bancos defenderia a harmonia entre os poderes, em recado aos ataques propagados por apoiadores de Jair Bolsonaro e pelo próprio presidente. Os bancos ameaçaram deixar o sindicato, mas voltaram atrás e permaneceram.

Para o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga, é mais uma tentativa de ameaças sem cabimentos, como foi o Sete de Setembro. “Eles não cansam de passar vergonha. Tentam ser autoritários, por questões políticas, reflexos dos desmandos do governo federal, mas percebem que não podem. Apenas demonstram o desespero do governo”, disse. “Instituições públicas tão importante para o país não podem ser usadas desta forma. Que bom que o Banco do Brasil, por conta da sua governança corporativa, com ações listadas na bolsa, viu o perigo que seria deixar a Febraban. É bom para a categoria e para a instituição”, finalizou.

Para a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Proscholdt, o caso só reforça o que temos denunciado de uso político do banco. “Pedro Guimarães criou o CaixaTur para viajar pelo país dizendo que está estimulando negócios quando na verdade está em plena campanha eleitoral antecipada, o que é errado. A cada viagem faz declarações favoráveis ao atual governo e depreciativas dos governos anteriores”, afirmou.

Para o presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), Sergio Takemoto, é saudável que toda denúncia seja investigada. “A Caixa e o BB são bancos públicos. E tudo o que é público pertence a toda a população. É importante que toda a denúncia seja investigada com transparência e responsabilidade para que tudo fique esclarecido e a população seja informada. Se houver irregularidades, que os culpados sejam punidos”, disse Takemoto.

FONTE: CONTRAF

Saúde Mental no Trabalho

Notas Técnicas Conjuntas PGT e Coordenadorias Temáticas

NOTA TÉCNICA CONJUNTA 08/2020 - atuação do Ministério Público do Trabalho na promoção de medidas de prevenção e ao enfrentamento da violência e assédio nas relações de trabalho diante de medidas governamentais para a contenção da pandemia da doença infecciosa COVID 19.

<https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-tecnica-08-1-coordigualdade-1.pdf>

NOTA TÉCNICA 17/2020 - Atuação do Ministério Público do Trabalho para a proteção da saúde e demais direitos fundamentais das trabalhadoras e dos trabalhadores em trabalho remoto ou home office

<https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-tecnica-n-17-sobre-trabalho-remoto-gt-covid-19-e-gt-nanotecnologia.pdf>

MPT EM QUADRINHOS ED. 46 - Saúde Mental no Trabalho

<https://mptemquadrinhos.com.br/edicoes/saude-mental-no-trabalho/>



Setembro Amarelo | Prevenção ao Suicídio
Campanha pela Saúde Mental no Trabalho
Programação

09/09 – 14h Palestra sobre suicídio: prevenção e posvenção
Karina Okajima Fukumitsu

16/09 – 16h • Palestra 1: Abra seu olhar para seus afetos: cuidando de si e do outro (aberta para todos do MPT com transmissão pelo YouTube)
Lis Andrea Pereira Soboll

• Palestra 2: Prevenção e primeiros cuidados em saúde mental: responsabilidades compartilhadas (apenas para o público-alvo)
Lis Andrea Pereira Soboll

17/09 – 14h Apresentação do PNASM aos profissionais de saúde e gestores do MPT
Equipe da Assistência Psicossocial/DAIS/ PGT

22/09 – Webinar sobre Saúde Mental no Trabalho
16h – 19h Canal do YouTube TV MPT

28/09 – 14 h Protocolo de Saúde Mental do MPT
Capacitação de gestores Equipe da Assistência Psicossocial/ PGT



Ministério Público do Trabalho

FONTE: MPT

Afastamento de trabalhadores por causa da Covid-19 ou sequelas da doença aumenta 75%

Nos seis primeiros meses deste ano foram 64.861 afastamentos por mais de 15 dias contra 37.045 afastamento de abril a dezembro de 2020. Fortalecer o SUS é fundamental, diz secretária da CUT



O afastamento de trabalhadores por mais de 15 dias em consequência da Covid-19 ou sequelas da doença aumentou 75% este ano (64.861 nos seis primeiros meses do ano) em relação ao ano passado, quando foram registrados 37.045 afastamento de abril a dezembro, segundo dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

De acordo com os dados, publicados pelo jornal Folha de S. Paulo, aumentou também a procura por reabilitação de trabalhadores com sequelas meses depois de terem se infectado com o novo coronavírus.

Metade dos pacientes continua com queixas

12 meses depois de contrair a doença, sendo as mais frequentes o cansaço e a fadiga muscular, segundo estudo publicado na revista científica The Lancet. Um em cada três também apresenta dificuldade de respirar, diz a reportagem.

Pacientes que foram intubados, sem respirar pelo nariz e sem engolir por mais tempo, têm fraqueza no músculo da deglutição e precisam de fonoaudiologia para não engasgar e de terapeuta ocupacional para fazer as adaptações temporárias para usar os talheres, por exemplo.

Estados e municípios têm criado ambulatórios de reabilitação pós-Covid, mas a oferta no Sistema Único de Saúde (SUS) ainda é inferior

à demanda e há demora no início das terapias necessárias, segundo os médicos ouvidos pela repórter.

O SUS é a opção de boa parte da classe trabalhadora que teve Covid-19 e precisará de reabilitação, portanto, é preciso que o governo federal amplie os recursos para o Sistema e que os governos estaduais e municipais invistam e fortaleçam todos os serviços públicos de saúde voltados para a recuperação e reabilitação, alerta a secretária da Saúde do Trabalhador da CUT Nacional, Madalena Margarida da Silva.

“Com o aumento da demanda, o SUS ficará ainda mais sobrecarregado pois, terá também que atender as demandas reprimidas de outros adoecimentos”, acrescenta Madalena Margarida, que ressalta: “A luta por recursos tem de ser feita no Congresso Nacional, no convencimento dos parlamentares, e nas ruas porque o governo de Jair Bolsonaro não tem compromisso com a população que precisa de serviço público”.

Em plena pandemia, esse governo reduziu a previsão orçamentária para a saúde, lembra a dirigente se referindo ao Orçamento da União para 2021, que previu apenas R\$ 136,3 bilhões para a área. Aumentou um pouco, diz, porque deputados e senadores aumentaram em cerca de R\$ 10 bilhões o valor. Em 2020, o valor executado com saúde foi de R\$ 160 bilhões, diz.

Opções para os trabalhadores

Enquanto a luta por mais recursos é feita, os trabalhadores têm algumas opções de atendimento. Uma delas, de acordo com a secretária, são os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), que funcionam nos estados e municípios e prestam assistência especializada aos trabalhadores acometidos por doenças e/ou agravos relacionados ao trabalho.

Hospitais universitários em todo o país também estão oferecendo tratamento para amenizar os sintomas de Covid-19, mas o investimento em todos eles, é essencial e precisamos cobrar o governo e o Parlamento

para não deixar os trabalhadores sem atendimento, diz a secretária.

Estão oferecendo esse atendimento o Hospital Universitário de Brasília (HUB), que tem um programa específico para a reabilitação de pacientes com sequelas provocadas pelo novo coronavírus.

No Recife, o Hospital das Clínicas de Pernambuco oferece ao paciente uma equipe multiprofissional que vai discutir o caso e montar um plano terapêutico e de reabilitação.

Em Cajazeiras (PB), o Hospital Universitário Júlio Bandeira tem uma equipe de fisioterapia é responsável por um programa de reabilitação pulmonar que envolve técnicas de expansão do pulmão e remoção de secreção.

No Rio Grande do Sul, dois hospitais se destacam no atendimento às sequelas deixadas pelo novo coronavírus. O Hospital Universitário de Rio Grande conta com uma equipe de 22 profissionais nas especialidades de infectologia, clínica médica, reabilitação física e respiratória, psicologia, pneumologia, cardiologia, neurologia, nefrologia, pediatria e nutrição para ajudar os pacientes.

No Hospital Escola de Pelotas quem faz a avaliação clínica é um pneumologista. A partir de então, o paciente será tratado por um pneumologista e fisiatra, além do atendimento multiprofissional de fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia e educação física.

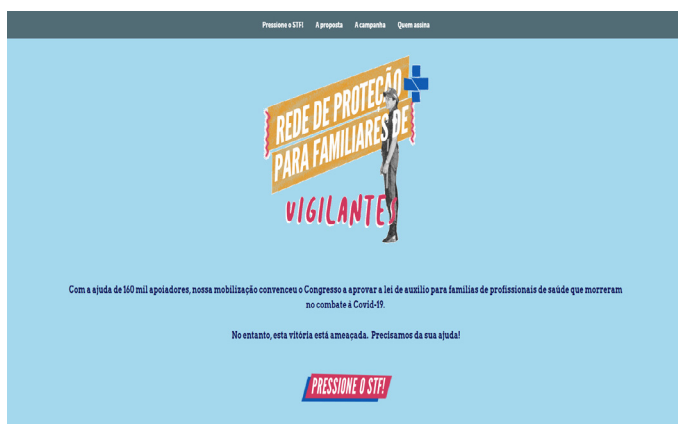
Folheto sobre saúde do trabalhador

A secretária da Saúde do Trabalhador da CUT Nacional disse ainda que está sendo elaborado um folheto sobre saúde do trabalhador no pós-Covid-19, que tratará de questões relacionadas ao direitos dos trabalhadores na atenção a saúde e acesso a direitos trabalhistas e previdenciários.

Com informações da Agência Brasil e da Folha de S. Paulo

FONTE: CUT

Pressione o STF para barrar o retrocesso do presidente Jair Bolsonaro



Retrocesso: o presidente Jair Bolsonaro entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal para tentar anular o projeto de lei de auxílio para a saúde!

De março de 2020 para cá, nossas vozes foram ouvidas na Câmara e no Senado. O Projeto de Lei que prevê indenização para dependentes de profissionais de saúde mortos pela Covid-19 foi aprovado. Por um instante, filhos, esposas e mães de enfermeiros, médicos, agentes de saúde e outros profissionais que atuam em hospitais e postos de saúde puderam respirar, aliviados.

No entanto, o presidente Jair Bolsonaro novamente está contra a luta de tantas famílias atingidas pela pandemia e quer impedir que o projeto siga em frente. A ação judicial coloca em risco a sobrevivência de muitos familiares de profissionais que deram a vida no combate à pandemia. Precisamos agir para que o auxílio à saúde se concretize!

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Dados apontam que 5.798 trabalhadores da saúde na linha de frente contra a Covid-19 morreram entre março de 2020 e fevereiro de 2021. O número é 25,9% maior do que as mortes no período anterior à pandemia. As informações são da Arpen-Brasil (Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais).

É um absurdo que o mesmo governo que negligencia a compra de vacinas, que faz pouco caso das vítimas da pandemia, agora faça de tudo para que estas famílias sofram. Cadê o senso humanitário nesse governo? Precisamos que os ministros do STF, em especial a ministra Cármen Lúcia, rejeitem a ação apresentada pelo presidente.

Pressione agora e faça esta mobilização chegar mais longe! Vamos cobrar que o STF se posicione e arquive esta ação judicial desumana!

CLIQUE NO LINK: <https://www.auxilioparasaude.nossas.org.br/#block-37642>



www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF